

A GEOGRAFIA HISTÓRICA – UMA NOTA

Roberto Lobato Corrêa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Geografia e História constituem campos distintos do conhecimento, ambas exibindo uma longa trajetória. Ambas têm como objeto o estudo da sociedade, mas a distinção entre elas, correntemente aceita, de que a História interessa-se pelo passado e a Geografia pelo presente é equivocada. A História se interessa pelo tempo, conforme assevera Marc Bloch (2002) e, nesta mesma linha de raciocínio, a Geografia pelo espaço. Assim, a História pode considerar a sociedade no tempo presente e a Geografia considerar a sociedade em sua espacialidade no passado. Temporalidade e Espacialidade são temas importantes, mas não exclusivos à Geografia. Mas isto não significa uma distinção dicotômica entre Geografia e História, pois espaço e tempo constituem uma unidade na qual ambas as partes se interpenetram: o tempo condiciona o espaço e este interfere no tempo. Geografia e História, em realidade, estão interrelacionadas, mas ao mesmo tempo desfrutam de uma relativa autonomia, graças aos atributos de espacialidade, isto é, localização, escala espacial, arranjo espacial e interações espaciais, e aos atributos da temporalidade, isto é, criação, desenvolvimento e transformação.

A Geografia Histórica, unindo Geografia e História, considera a espacialidade humana no tempo, analisando as heranças, a memória, os projetos, as inscrições e trajetórias da espacialidade humana em um dado recorte espacial e temporal.

A Geografia Histórica como campo de conhecimento é antigo, porém objeto de debates internos e com outros campos. Visando clarificar alguns pontos sobre a natureza da Geografia Histórica, esta nota considera dois conjuntos de temas. O primeiro apresenta os tipos de tempo, de análise e de interpretação na Geografia Histórica, enquanto o segundo apresenta os temas, as escalas e as matrizes envolvendo a Geografia Histórica. Sistematização e não inovação é o interesse último deste texto, cujo alvo principal são aqueles que agora se interessam pela Geografia Histórica. Mas contribuir também, seguindo a sugestão de Alan Baker (2003), para a construção de uma ponte entre Geografia e História.

1. Tipos de Tempo, análise e interpretação – Breves apontamentos

A longa experiência do geógrafo com o espaço possibilitou a elaboração de inúmeros tipos de espaço, gerando diferentes leituras sobre a ação humana na superfície terrestre. O espaço pode ser analisado segundo diferentes dimensões, seja como natureza, isto é, como morada do homem, seja como campo econômico, social, político e simbólico. No âmbito destas dimensões emerge uma rica terminologia que está inserida na visão teórica diferenciada dos geógrafos. Argumenta-se que os termos que os geógrafos adotam para analisar o espaço sejam os tipos básicos de espaço. Paisagem, região, território, lugar e rede geográfica fazem, podem assim ser considerados como os tipos básicos de espaço. No âmbito destes termos estão tipos secundários de espaços, entre os outros, centro, periferia, fronteira, hinterlândia, zona de transição, lugar da retórica, lugar vernacular, espaço sagrado e espaço profano, espaço de resistência e muitos outros tipos de espaço. A imaginação geográfica não impões limites para a elaboração de novos tipos de espaço.

É possível distinguir dois tipos de tempo. O primeiro é o *chronos* e o segundo é o *kairos*. São termos que a Geografia Histórica trabalha. O tempo *chronos* é o tempo objetivo, formal, mensurável. Por meio dele a vida humana é organizada, tanto no cotidiano como ao longo da semana, meses e anos. Podemos ainda conceber o passado, o presente e o futuro. O tempo *chronos* está expresso no calendário gregoriano, estabelecido em 1585 pelo Papa Gregório VI, em substituição ao antigo calendário juliano, criado no Império Romano, desatualizado graças aos avanços na medição de tempo verificados no Renascimento. O ano passa a ter 365 dias e seis horas, de modo que a cada quatro anos ocorre o ano bissexto com um dia a mais. É com base no calendário gregoriano que no final do século XIX os fusos horários são criados, sistematizando a diferenciação de horas ao longo do dia em toda a superfície terrestre. Os meridianos que foram então criados possibilitam a localização de cada parte da superfície terrestre, assim como simultaneamente a sua hora. Tempo e espaço estão, assim, formalmente qualificados e diferenciados. Termos como cronômetro, cronograma e cronologia derivam de *chronos*. Também estão associados os termos duração, frequência, ritmo e sequência que são de uso por todos.

O *kairos*, por outro lado, é intersubjetivo, não quantificável, não tendo o mesmo significado e importância em cada país ou lugar. É de natureza simbólica, superpondo-se sobre o tempo cronológico. É um tempo festivo, religioso ou cívico, como a Quaresma e o Ramadan, ou então como o dia da Independência nacional em numerosos países. É também o tempo das oportunidades e de expectativas. “*Timing*”, isto é, saber aproveitar as oportunidades daquele momento, é o termo mais importante da perspectiva kairológica.

A Geografia Histórica produz dois tipos de análise em suas pesquisas, uma análise sincrônica e uma análise diacrônica. A primeira considera uma secção do tempo, enquanto a segunda considera a trajetória realizada por um específico processo ou forma: estabilidade, ainda que relativa, e movimento constituem o cerne dos dois tipos de análise em questão. Trata-se de uma escolha por parte do pesquisador e não de uma imposição da realidade. São assim, construções intelectuais guiadas por uma combinação dos interesses do pesquisador e das matrizes que orientarão a sua pesquisa, possibilitando a elaboração de problemáticas e questionamentos dirigidos à estabilidade ou ao movimento. Nenhuma é, em si mesma, melhor que a outra.

Na análise sincrônica a noção de período, isto é, um momento caracterizado por uma relativa homogeneidade, é de fundamental importância. Semelhantemente é importante também o papel que as formas espaciais desempenham neste tipo de análise. A análise da paisagem em um certo período de tempo pode ser uma temática importante, assim como a análise das relações entre cidade e região.

Se a análise sincrônica pode ser vista como a análise do “presente de então”, a análise diacrônica é a análise de trajetórias do movimento que cria pausas de diversos processos que se sucedem criando formas que são sucessivamente substituídas ou refuncionalizadas. A análise de difusão espacial de uma ideia ou produto é um exemplo de análise diacrônica, assim como o estudo da periodização de um bairro ou região: trata-se de análises difíceis, em parte porque as informações a cada momento do tempo tendem a apresentar qualidades distintas.

A interpretação de processos e formas do passado constitui objeto de debates que apresentam dificuldades no processo de análise: “o passado é um país estrangeiro”, já afirmou David Lowenthal (1998). Eucronia e anacronia estão no cerne deste debate. A eucronia diz respeito às análises do passado considerando-se os valores e as práticas existentes no passado, segundo o recorte temporal que foi feito. Isto pressupõe que o pesquisador se transfira do presente para o passado, passando a interpretá-lo à luz dos valores e prática do passado. Muitos afirmam que isto não é de todo possível. A anacronia pressupõe que a análise interpretativa seja feita considerando-se valores e práticas do presente, que o pesquisador conhece, pois são de seu tempo. Mas a transferência para o passado é problemática, ainda que exija um grande esforço para minimizar esta dificuldade. O debate envolvendo eucronia e anacronia aponta, afinal, para as dificuldades de se realizar um estudo de Geografia Histórica. Mais do que nunca a Geografia Histórica é uma construção intelectual desafiadora.

2. Temas, Escalas e Matrizes

A Geografia Histórica não tem um temário próprio que a distinguiria dos outros campos do conhecimento geográfico. Qualquer tema vinculado à espacialidade humana pode ser objeto de interesse por parte daqueles pesquisadores interessados na Geografia Histórica que se distingue dos outros campos da Geografia por privilegiar heranças, a memória, os projetos, a inscrição no passado e a trajetória no tempo e no espaço de formas espaciais criadas pela ação humana.

O geógrafo interessado na Geografia Histórica pode estudar uma dada região no passado, realizando uma análise sincrônica ou diacrônica regional, envolvendo, quer o espraiamento da região, quer a sua retração espacial. Constitui uma temática interessante, sobretudo em um país como o Brasil, caracterizado, entre outros aspectos, pela forte instabilidade regional, com novos agentes sociais, novos processos e novas formas espaciais socialmente produzidas. Assim, por exemplo, questiona-se o que foi a Zona da Mata mineira em 1880 e o que ela é em 2020? E a vasta região do cerrado, de natureza pastoril, que teve a sua homogeneidade fragmentada a partir da expansão do agronegócio a partir de 1970?

A pesquisa urbana na perspectiva da Geografia Histórica constitui um campo promissor, a despeito do Brasil não ter conhecido uma urbanização pré-colombiana. A análise da difusão espacial das cidades que é semelhante àquela do povoamento do território brasileiro é um tema importante. Esta temática foi fundamentada, entre outros, por Pierre Deffontaines (1944) e Aroldo de Azevedo (1992 [1956]), mas há muito a ser feito. Considere-se, por exemplo, a criação de cidades capitais no século XIX, Aracaju, Belo Horizonte e Teresina, ou de cidades-empresa (*company towns*) entre 1850 e 1950.

Os longos estudos sobre a trajetória de uma dada cidade são outra rica possibilidade, seguindo-se os exemplos de Maurício Abreu (2010) sobre a cidade do Rio de Janeiro, infelizmente inconcluso, e de Pedro Vasconcelos (2017) sobre Salvador. A organização interna da cidade e análise de redes urbanas regionais são outras possibilidades promissoras.

A Geografia Agrária, considerando a análise do uso de terra, seja a estrutura fundiária, seja ainda as lutas no campo, constituem temáticas relevantes ao se considerar o passado. Do mesmo modo a análise da expansão ferroviária, das procissões e centros de peregrinações ou da visão da natureza por diferentes grupos sociais.

Em resumo, não há limites temáticos para as pesquisas em Geografia Histórica. Há, assim, uma grande dificuldade de se estudar o passado, este “país estrangeiro” como afirmou David Lowenthal (1998). Informações incompletas, com lacunas no tempo, inconsistentes e enviesadas em razão das motivações daqueles que produziram essas informações, são alguns dos problemas

que o pesquisador encontra. Mas não são os temas, repita-se, que limitarão a pesquisa em Geografia Histórica.

A Geografia Histórica, por outro lado, não está vinculada a uma específica escala espacial e sua representação cartográfica. As lentes que ampliam ou reduzem o espaço de observação são móveis e esta mobilidade depende do interesse do pesquisador e das possibilidades efetivas de análise. As escalas local, regional, nacional e global, podem, assim, ser apropriadas para efeito de análise. A problemática e os questionamentos da pesquisa são os elementos principais na escolha da escala em que a pesquisa será realizada. Nesse sentido, não há, em princípio, diferença entre uma pesquisa em Geografia Histórica e uma focalizando o presente. Mas duas observações são necessárias.

A primeira diz respeito à mudança de escala. Ao se mudar a escala, os objetos a serem analisados aparecem e desaparecem ou ainda mudam de configuração, levando a interpretações distintas e à utilização de bases teóricas distintas. Esta observação já foi apontada por Iná de Castro (2014 [1995]) há mais de 20 anos. A segunda observação diz respeito à maior dificuldade que o pesquisador encontra ao realizar um estudo na escala local, cartograficamente uma escala grande, na qual os dados considerados relevantes podem não ser existentes ou de pequena importância para o pesquisador. As dificuldades parecem ser maiores que aquelas de uma pesquisa no presente. Construção social, como afirmou Sallie Marston (2000), a escala é um poderoso e tenso meio a ser considerado pelo pesquisador interessado em Geografia Histórica.

A Geografia Histórica, finalmente, não está ancorada em nenhuma matriz teórica e metodológica, ainda que haja um longo e forte vínculo com o empiricismo por meio de uma perspectiva calcada em narrativa cronológica. Afinal, a espacialidade e temporalidade são passíveis de interpretações apoiadas em diferentes matrizes e é o pesquisador que define, com base em sua própria visão, que interpretação guiará a sua análise. E esta perspectiva de visão aberta é, em realidade, pertinente à Geografia em geral.

A eucronia constitui-se na análise do passado à luz do passado, à luz de modelos conceituais e práticas existentes no passado. Isto obriga o pesquisador a “transferir-se” para o passado, abdicando de sua experiência no presente. Trata-se de uma perspectiva apoiada na crença da possibilidade desta transferência. Teoricamente, no entanto, a eucronia permitiria uma interpretação calcada no presente de então. A anacronia, por sua vez, considera que o passado deva ser interpretado com base no presente. Trata-se de uma transferência do presente ao passado. A lógica da ação humana do passado é a lógica do presente. Se isto é passível de crítica, no entanto, é o presente que importa e é com base em nossa experiência que avaliamos o passado. Uma “anacronia criativa”, conforme dissertou David Lowenthal (1998), pode ser o caminho para o pas-

sado inteligível à luz do presente. Em resumo, a interpretação do passado é, assim, um ponto de debates.

A quantificação pode elucidar vários aspectos da espacialidade do passado. Medidas de tendência central e de variações, análise fatorial e de agrupamentos e teoria dos grafos, entre outros, contribuem efetivamente para a interpretação do passado. Tratam-se de métodos essencialmente descritivos mas a utilização de métodos explicativos não deve ser excluída. Mas explicação e predição não foram muito correntes no âmbito da geografia teórica e quantitativa das décadas de 1950 e 1960.

A Geografia Histórica pode adotar o materialismo histórico como matriz para análise do passado. A contradição da unidade na diversidade, a mudança do quantitativo para o qualitativo podem ser úteis na pesquisa em Geografia Histórica. A luta de classes e a formação social permitem uma leitura crítica da espacialidade do passado. Afinal, ambas, estão expressas no espaço, visto tanto como reflexo, meio e condição. É, assim, possível e necessário desenvolver uma Geografia Histórica crítica.

A Geografia Histórica pode também ser objeto de uma leitura cultural, calcada nas representações e significados elaborados no passado, tal como Denis Cosgrove (1993) e James Duncan (1990) nos ofereceram em seus estudos sobre paisagem palladiana do século XVI¹ e com diferentes interpretações da paisagem urbana em Kandy no primeiro quarto do século XIX², respectivamente. A Geografia Histórica saueriana³ formou valioso temário para o estudo da paisagem agrária do passado e o seu processo de transformação, assim como a análise dos caminhos do período colonial e a criação de regiões culturais no passado.

A possibilidade de uso de diferentes matrizes na Geografia Histórica não significa que ela seja neutra. O uso diferenciado advém da decisão que o pesquisador toma visando a inteligibilidade da espacialidade do passado. A decisão deriva da combinação das problemáticas por ele estabelecidas a respeito de um aspecto da realidade e das lentes selecionadas para efetivar a análise. Problemática e lentes não estão umbilicalmente articuladas, sendo cada uma dotada de autonomia face à outra. Contudo, ressalta-se que isso não é específico à Geografia Histórica mas a toda Geografia.

¹ Referência a paisagens em áreas nos arredores de Veneza em que houve influência do arquiteto renascentista Andreas Palladio, que construiu templos, palácios e 'vilas', objeto de estudo de Denis Cosgrove (CORRÊA, 2011).

² O reino de Kandy foi uma monarquia estabelecida na ilha do Sri Lanka e a paisagem de sua capital no início do século XIX foi objeto de estudo de James Duncan.

³ Nota do editor: Referência ao geógrafo norte-americano Carl Sauer (1889-1975), expoente da Geografia Cultural.

3. Sugestões

À guisa de conclusão são sugeridas algumas pesquisas de Geografia Histórica considerando a temporalidade e espacialidade do território brasileiro. A despeito da produção e organização do espaço brasileiro ter pouco mais de 500 anos, e não exibir uma rica herança espacial pré-colombiana, a diversidade territorial brasileira oferece amplo campo para pesquisas. Questões derivam da visão geográfica deste autor e, por isso, são seletivas. A imaginação geográfica do leitor poderá acionar outras pesquisas envolvendo outros temas, escalas e matrizes, de um lado, e o tempo cronológico e kairológico, análises sincrônicas e diacrônicas, assim como interpretações calcadas na eucronia ou anacronia, de outro. Afinal a Geografia e a História estão por toda parte, oferecendo inúmeras possibilidades de pesquisa.

a) Geografia regional

- O Médio Amazonas sob a ação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão
- A Zona da Mata pernambucana entre 1860 e 1930
- O Recôncavo baiano por volta de 1900
- A zona de mineração em Minas Gerais no período colonial
- O Pantanal Mato-grossense em 1900
- A Campanha gaúcha entre 1850 e 1930
- O norte paranaense em 1960

b) Povoamento, colonização e formação de regiões

- A formação do Agreste pernambucano
- A colonização italiana no Rio Grande do Sul – 1870 – 1950
- A expansão do povoamento no Maranhão nos séculos XVIII e XX
- A Companhia de Terras do Norte do Paraná e o povoamento regional
- A diáspora gaúcha
- A geografia da colonização japonesa no Estado de São Paulo

c) Atividades Econômicas – produção e circulação

- A indústria têxtil no Nordeste em 1920
- O extrativismo da erva mate no Paraná – 1850 – 1950
- A atividade pastoril nas áreas de cerrado no passado
- Os caminhos do gado no Sul do Brasil – século XVIII ao século XIX

- A pesca de baleias no período colonial
 - A produção de carvão mineral no Sul do Brasil
 - As ferrovias mineiras em 1920
 - Caminhos coloniais
- d) Lutas sociais no campo e na cidade
- A geografia das lutas sociais no sertão baiano
 - Vale do rio do Peixe em 1915 – caboclos e a ferrovia
 - A geografia dos quilombos em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX
 - O espaço das lutas na cidade – cortiços e demolições
 - A geografia do movimento operário na metrópole – segunda metade do século XIX a 1930
 - A luta pela terra – grileiros e posseiros – 1850 -1950
 - A geografia das invasões no espaço urbano até 1950
- e) Cidade e Rede Urbana
- Ascensão e queda de Parnaíba - PI
 - A rede urbana mineira em 1920
 - A cidade da frente pioneira – 1890-1960
 - A periodização econômica de Barreiras - BA
 - As pequenas cidades paulistas antes da modernização e industrialização do campo
 - A formação de subúrbios dormitórios nas metrópoles do Sudeste
 - A dinâmica da área central em Belo Horizonte
 - A formação de zona periférica ao centro de São Paulo
 - A organização espacial de Recife em 1910
 - A estrutura comercial de Porto Alegre em 1940
 - Proprietários fundiários e promotores imobiliários em Belo Horizonte em 1896-1910
 - A criação dos eixos residenciais de status em Salvador
 - A produção de favelas e loteamentos populares no Rio de Janeiro entre 1860 e 1940
- f) Cultura e espaço
- A criação e a transformação da paisagem cultural na baixada campista
 - A criação da paisagem nas áreas de fronteira do povoamento
 - A transformação do significado dos bairros de classe média na metrópole paulista
 - Os espaços simbólicos na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1910

- Itinerários simbólicos na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX
- O significado da natureza para escravos, pequenos agricultores e grandes fazendeiros no período de 1840 a 1890

Submetido em 25 de janeiro de 2021.

Aceito para publicação em 24 de fevereiro de 2021.

Referências

- ABREU, Maurício de A. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 - 1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio; Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. **Revista Terra Livre**, n. 10, 1992 [1956], p. 23-78. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/113/111>>. Acesso em: 2 abr. 2020.
- BAKER, Alan. **Geography and History: Bridging the Divide**. Cambridge :Cambridge University Press, 2003.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CASTRO, Iná E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014 [1995].
- CORRÊA, Roberto L. Denis Cosgrove - a paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, v. 29, p.7-21, jan./jun. de 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3528/2454>>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- COSGROVE, Denis. **The Palladian Landscape: Geographical Change and its Cultural Meanings in Sixteenth Century Italy**. Londres: Leicester University Press, 1993.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Boletim Geográfico**, ano II, n. 14 e 15, maio e junho, 1944. p. 141-148; p. 299-308.
- DUNCAN, James. **City as Text: The politics of landscape interpretation in the Kandyen Kingdom**. Canbridge: Cambridge University Press, 1990.
- LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madri: Akal, 1998.
- MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, 2000, v. 24, n. 2, p. 219-242. doi: 10.1191/030913200674086272.
- VASCONCELOS, Pedro de A. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2017.